Meio ambiente, identidade e política territorial na Amazônia brasileira

Jeremy M. Campbell ✉

Diretor, Programa Andes-Amazônia, Museu Field de História Natural

Para o número especial, "Confluências amazônicas: Estado, conflitos socioambientais e práticas sociopolíticas quilombolas, beiradeiras e ribeirinhas"

Quanto à reflexão teórica, a experiência de lutas sociais mostrou a necessidade de ancorar visões metafísicas e utópicas em fundamentos históricos e materiais.

(Mauro Almeida, *Caipora e outros conflitos ontológicos*, 2021, p. 9)

Na antropologia contemporânea – uma disciplina que surge no auge da expansão colonial euro-americana no século XIX – há um problema perpétuo em lidar com conceitos forjados pelo Estado e seus centros de poder/conhecimento. Conceitos como paisagem, meio-ambiente, parentesco, economia e até mesmo a ideia do “social” carregam a marca de seu nascimento. A antropologia sempre lutou com essa herança, e a história da disciplina é repleta de exemplos de etnógrafos e especialistas locais desmentindo a universalidade e o domínio imputados das armaduras conceituais euro-americanas. Mesmo assim, a linguagem e a arte do Estado continuam sendo um terreno criticamente importante para os povos em áreas onde a questão do domínio do Estado é aberta: é a linguagem e a prática de governar que muitas vezes podem determinar questões de vida e morte, de terra e subsistência, de identidade e horizontes de futuridade. Na Amazônia brasileira, o sucesso relativo do Estado – e as práticas, ideias e modalidades particulares por meio das quais ele surge – constitui uma arena de encontro, troca e disputa entre ideias e atores,

incluindo as comunidades tradicionais, seres além-do-humano, e forças sociais conectadas às histórias coletivas profundas da região.

Este número temático oferece uma exploração aprofundada da intrincada dinâmica que envolve a política territorial, a conservação ambiental e as lutas socioculturais das comunidades tradicionais na Amazônia brasileira. Através das lentes da antropologia, ecologia e história, os artigos examinam coletivamente como os povos indígenas, quilombolas e beiradeiros navegam nas relações com a terra, os recursos e as políticas estatais em meio a conflitos socioambientais generalizados. Juntos, eles destacam a resiliência dessas comunidades, seu profundo conhecimento ecológico e seu papel vital na formação de um futuro sustentável na Amazônia.

Do ponto de vista do nosso conhecimento das relações importantes entre comunidades, as relações que elas forjam com entidades vizinhas e as propostas de noções conflitantes de comunidade política e formação de Estado, as análises coletadas aqui fazem uma contribuição significativa. Em termos simples, os autores reconhecem a importância de rastrear como o Estado contribui para moldar possibilidades a atores e relacionamentos amazônicos, mas nunca a análise imputa a posição privilegiada ao Estado como um conceito ou ator mestre. Aqui,

nesses artigos, os amazônicos estão engajados na formação de universalidades particulares: sim, eles engajam no registro de conceitos mestres, mas sempre de um ponto de vista particular e sempre com um objetivo particular enraizado em relacionamentos. Quer alguém esteja disposto a ver o Estado como uma utopia ou uma influência dominante, para os amazônicos ancorados em maneiras distintas de ser e narrar vidas, a história é mais rica quando se procede desses “fundamentos históricos e materiais”. É isso que os artigos reunidos aqui alcançam.

CONFLITOS ENTRE POLÍTICAS ESTATAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Um tema central nos artigos é a tensão entre as políticas impostas pelo Estado e os direitos das comunidades tradicionais. Iniciativas de desenvolvimento como unidades de conservação, barragens hidrelétricas e bases espaciais têm frequentemente perturbado a vida e os ecossistemas locais, muitas vezes justificadas sob o pretexto de crescimento econômico ou proteção ambiental. Esses projetos marginalizam grupos tradicionais, impondo sistemas burocráticos que se chocam com suas práticas culturais e estruturas de governança.

Em “Sistema antigo, um projeto de futuro”, os autores exploram como as unidades de conservação nas regiões do Xingu e do Iriri

invadiram as terras dos beiradeiros, prejudicando seu manejo sustentável dos castanheais. Eventos históricos, como o *boom* da borracha e a grilagem de terras, agravaram ainda mais esses desafios, forçando as comunidades a se adaptarem a limites cada vez mais distantes. As políticas de conservação muitas vezes não reconhecem os sistemas tradicionais de uso da terra, levando a conflitos sobre gestão e direitos territoriais. Os autores criticam a invisibilização do conhecimento tradicional nas narrativas estatais, defendendo o seu reconhecimento como uma estratégia de conservação viável.

Da mesma forma, “A Barragem, o Peixe e o Estado” examina a rutura causada pela barragem de Belo Monte ao longo do rio Iriri. A construção da barragem desconsiderou as estruturas culturais dos beiradeiros, introduzindo novos atores e valores que se chocaram com as tradições locais de respeito e reciprocidade. Esse caso destaca como os projetos de infraestruturas não só degradam os ecossistemas, mas também corroem as identidades comunitárias, uma vez que as práticas tradicionais são postas de lado em favor de agendas definidas pelo Estado.

“Distopia Quilombola” estende essa discussão às comunidades quilombolas do Maranhão afetadas pela Base Espacial de Alcântara. A expropriação pelo Estado de mais de 52 mil hectares para o

projeto espacial deslocou milhares de famílias e destruiu sistemas complexos e tácitos de uso da terra enraizados na governação coletiva. O ensaio destaca as camadas de violência simbólica e psicológica infligidas a essas comunidades, exacerbadas pelo racismo sistêmico e pela negligência do Estado.

O CONHECIMENTO TRADICIONAL COMO PILAR DA SUSTENTABILIDADE

Em todos os artigos, o conhecimento ecológico tradicional surge como uma pedra angular para a gestão sustentável das terras e a resiliência climática. Esses saberes, profundamente enraizados nas práticas culturais, ultrapassam frequentemente as capacidades das políticas ambientais convencionais. No entanto, continuam a ser subvalorizados ou ativamente suprimidos nas narrativas de conservação dominantes.

O foco etnográfico de “Tempo em Movimento” fornece uma ilustração vívida desse conhecimento em ação. No quilombo de Gurupá-Mirim, a Festa do Mel sintetiza a interação entre alianças humanas e não humanas, refletindo a compreensão íntima da comunidade sobre seu ambiente. Iniciado por mulheres quilombolas, o festival destaca como as práticas e inovações tradicionais podem lidar com as pressões econômicas e, ao mesmo tempo, fortalecer os

laços comunitários. O artigo defende a integração desses sistemas em estratégias climáticas mais amplas, enfatizando seu potencial para humanizar e enriquecer as abordagens científicas.

Na bacia do Xingu, a gestão dos castanhais pelos beiradeiros demonstra como o extrativismo tradicional contribui para a conservação da biodiversidade e para a estabilidade econômica. O artigo “Sistema antigo, projeto de futuro” ressalta a necessidade de incorporar esses sistemas nas estruturas estatais de conservação, em vez de impor políticas restritivas que alienam as populações locais.

A interdependência ecológica entre a Amazônia e o Cerrado, explorada em “Ambientes/Territórios Comunicativos”, reforça ainda mais a importância do conhecimento tradicional. O artigo critica a narrativa dominante que isola os biomas como entidades discretas, defendendo, em vez disso, uma visão holística que reconhece a sua interconexão. Essa perspectiva se alinha com a compreensão indígena e quilombola dos ecossistemas como redes integradas, sustentadas por relações recíprocas.

IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

A afirmação da identidade como instrumento de resistência e mobilização é outro tema de destaque. As disputas territoriais servem muitas

vezes de campo de batalha para a reimaginação e o reforço de identidades coletivas, fornecendo uma base para a ação política e social.

Em “Gente coletiva faz terras coletivas”, a autora analisa as tensões em torno do Projeto de Assentamento Agroextrativista Sapucaá-Trombetas. As visões conflitantes de propriedade comunitária versus propriedade privada da terra refletem lutas mais amplas sobre identidade, status socioeconômico e práticas de uso da terra. O artigo revela como as identidades coletivas, enraizadas na ajuda mútua e na reciprocidade, moldam os processos de territorialização e oferecem caminhos para o empoderamento da comunidade.

“Distopia Quilombola” investiga a mobilização política das comunidades quilombolas deslocadas pela Base Espacial de Alcântara. Confrontadas com a violência sistêmica, essas comunidades recorreram a organizações de base e a mecanismos legais internacionais para defender os seus direitos. O ensaio destaca como essas lutas transformaram disputas territoriais em questões de direitos humanos globais e justiça ambiental, amplificando as vozes de grupos marginalizados em plataformas internacionais.

Os beiradeiros do rio Iriri, como discutido em “A Barragem, o Peixe e o Estado”, ilustram como o respeito e o reconhecimento sustentam a coesão social e a resistência. As relações cosmológicas

da comunidade, centradas na reciprocidade e no respeito mútuo, contrastam fortemente com as abordagens burocráticas e tecnocráticas dos atores estatais. Esse choque sublinha a necessidade de políticas que honrem os valores e as práticas locais.

INTERDEPENDÊNCIA DENTRO E ENTRE BIOMAS

Os artigos desafiam coletivamente a fragmentação dos ecossistemas nas políticas de conservação, defendendo abordagens integradas que reconheçam as interdependências ecológicas e sociopolíticas. A Amazônia e o Cerrado, os dois maiores biomas do Brasil, servem como ponto focal para essa discussão.

“Ambientes/Territórios Comunicativos” critica a tendência de tratar os biomas como entidades isoladas, argumentando que sua sobrevivência depende de suas interconexões. O Cerrado, por exemplo, desempenha um papel fundamental na manutenção da biodiversidade da Amazônia por meio das suas redes hidrológicas e espécies partilhadas. No entanto, o rápido desmatamento do Cerrado, impulsionado pelo agronegócio, ameaça esse equilíbrio. O artigo apela a estratégias de conservação que tenham em conta essas interdependências, integrando práticas tradicionais com quadros científicos.

A interdependência entre a Amazônia e o Cerrado também está presente nas práticas

de uso da terra das comunidades tradicionais. Ao manter os fluxos ecológicos e promover a biodiversidade, essas práticas oferecem modelos de desenvolvimento sustentável que transcendem as fronteiras dos biomas. Os artigos defendem coletivamente o reconhecimento e o apoio a essas práticas como parte de uma estratégia mais ampla para enfrentar os desafios ambientais globais.

CONCLUSÃO

Os sete artigos desta edição temática fornecem uma compreensão rica e multifacetada das paisagens ambientais, sociais e políticas da Amazônia brasileira. Eles revelam como as

comunidades tradicionais navegam em relações complexas com a terra, políticas estatais e atores externos, tudo isso enquanto afirmam seus direitos e identidades. No centro dessas discussões está uma crítica aos sistemas que marginalizam essas comunidades e exploram seus territórios. Os artigos defendem abordagens integradoras que honrem o conhecimento tradicional, promovam a interdependência ecológica e capacitem os grupos marginalizados. Juntos, eles ressaltam a urgência de reimaginar as estruturas de conservação e desenvolvimento para incluir as vozes e práticas daqueles que estão mais intimamente ligados à terra.